



OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E POLTRONAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021//2013

CRITÉRIO: “MENOR PREÇO POR ITEM”

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br - www.bec.fazenda.sp.gov.br

PROCESSO Nº 12.321/2013

OFERTA DE COMPRA Nº 130104000012013oc00110

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 21/11/2013

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/12/2013 – ÀS 10:00 HORAS

O Senhor José Carlos Rossetti Coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, usando a competência atribuída pelo Parágrafo Único do artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.297, de 10 de outubro de 2013, c.c. artigo 13º, da Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM** – Processo nº 12.321/2013 objetivando a aquisição de cadeiras e poltronas, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC- 27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

I. DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de cadeiras e poltronas devidamente certificadas, conforme especificações constantes no Folheto Descritivo que integra este Edital como Anexo I.

II. DA PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da



sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea "f", do subitem 9, ambos do item V deste edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou de cooperativas que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

III. DAS PROPOSTAS

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Indicação da procedência marca e modelo do produto cotado, observadas as especificações do Folheto Descritivo do Anexo I, deste Edital.

b) Os preços unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento e instalação do objeto da presente licitação.

3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5. O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

IV DA HABILITAÇÃO

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:



1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;
- d) certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida da União.
- f) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT – TJUS).

1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão negativa de falência deverá ser substituída por certidão negativa de insolvência civil.

1.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Se encontra em situação regular perante o ministério do Trabalho (Decreto Estadual nº 42.911/98);
- b) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218 de 12/-2/1999.
- c) Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas (conforme regulamento CAUFESP - www.bec.sp.gov.br).



V. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

1. No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- c) Que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação.

2.1.1 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

4. Será iniciada a etapa de lances, com participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de **R\$ 5,00** (Cinco reais) para os **itens 1 e 4** e de **R\$ 2,00** (Dois reais) para os **itens 2 e 3**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre lances incidirá sobre o valor unitário do objeto desta licitação.

4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1 Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

- a) Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.



4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.1. Para essa classificação, será considerado o último preço admitido de cada licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº11.488, de 15/06/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

6.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº11.488, de 15/06/2007 detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1 A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) A verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, existentes do e-CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste edital;

b) Caso os dados e informações existentes no e-CAUFESP, não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.



c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanar eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do Pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de *fac-símile* para o número (019) 3743-3741 ou por correio eletrônico para o endereço licitacoes@cati.sp.gov.br.

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste subitem 9, serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, bem como, as declarações a que se refere o subitem 1.4.1, do item IV, deste edital.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas mesmas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, deverão ser apresentados na COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, Núcleo de Suprimentos e Patrimônio, sito na Avenida Brasil, nº 2.340 – Edifício IV, Jardim Chapadão, Campinas – SP, cep 13070-178, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

f) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº11.488, de 15/06/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “f” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá ainda informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. A comprovação de que trata o subitem 10 deste Item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.

13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.

14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso



positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

VI. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem "1", deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, na Avenida Brasil nº 2.340 Edifício IV, Jardim Chapadão – Campinas/SP – cep 13070-178.

2.1. Os memoriais de recurso e as contra razões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO, sito na Avenida Brasil, nº 2340 – Edifício IV, Jd. Chapadão – Campinas/SP, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição na forma prevista subitem "1" deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A adjudicação será feita por item.

7. A vencedora do certame obriga-se a apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e totais para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

7.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha a ser entregue diretamente no NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO, sito na Avenida Brasil, nº 2340 – Edifício IV, Jd. Chapadão – Campinas/SP – CEP 13070-178;

7.2. Se a licitante vencedora do certame deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 7, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

VII. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:



- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será novamente suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

VIII. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. O objeto desta licitação deverá ser entregue em 15 (quinze) dias corridos, dentro do exercício, contados a partir da data de disponibilização da Nota de Empenho à Contratada, no sistema eletrônico.

2. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no seguinte endereço e horários: ALMOXARIFADO/COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, localizada à Avenida Brasil, 2340 – Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13070-178, de segunda a sexta feira nos horários das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas., correndo por conta da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

IX DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 03 (três) dias úteis, contados da data de entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem 2 do item VIII, acompanhando da respectiva nota fiscal/fatura.

2. Por ocasião da entrega a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG emitido pela Secretaria de Segurança Pública), do servidor do contratante responsável pelo recebimento.

3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeita-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

b) se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado

4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (Cinco) dias úteis após o recebimento provisório e ficará a cargo do Núcleo de Suprimentos e Patrimônio, uma vez verificando o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

X – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 2º do Decreto nº. 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº. 43.914, de 26/03/1999, salvo no caso de aquisição de combustível, por força do Decreto nº. 44.781, de 22/03/2000), contados da apresentação da nota fiscal/fatura no



protocolo do Núcleo de Atividades Complementares, na Avenida Brasil nº 2340 – Jardim Chapadão – Campinas/SP – CEP 13080-178, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo, na forma prevista no subitem 4 do item IX.

2. As notas fiscais/fatura que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

3. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A. (art. 1º, decreto nº 55.357 de 18 de janeiro de 2010).

5. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, *calculados "pro rata tempore"* em relação ao atraso verificado.

XI - DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho por parte do Contratante, a qual será encaminhada à Contratada por meio eletrônico, ficando também à sua disposição para retirada na COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL, sita na Avenida Brasil nº 2.340, Jardim Chapadão, Campinas/SP.

1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3. Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

2. A adjudicatária deverá no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer na COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL no Núcleo de Suprimentos e Patrimônio, à Av. Brasil, 2340 Campinas/SP para retirar a Nota de Empenho.

3. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 e 11, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do subitem “9”, todos do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 1.1 e 1.3, ambos deste item XI, ou se recusar a retirar a Nota de Empenho, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.



3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos”.

3.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do item V e subitens 1, 2, 3, 4 e 6 do item VI, todos deste Edital.

XII. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP 10, de 19/11/2002;

2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SAA nº 22, de 01/08/1996, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no endereço eletrônico www.sancoes.sp.gov.br.

3. A empresa vencedora do certame deverá declarar conhecimento e aceitação que as multas que por ventura vierem a serem aplicadas poderão, a critério da Administração, ser descontadas da nota fiscal/fatura.

XIII. DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2. As sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso XII, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos” e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção “pregão eletrônico”.

5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.

5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC



7. Integram o presente edital:

- Anexo I - Folheto Descritivo;
- Anexo II – Modelo de Declaração;
- Anexo III – Resolução SAA nº 22, de 01/08/1996, cujo inteiro teor encontra-se também disponibilizado no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br
- Anexo IV – Modelo de Proposta.

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Campinas, 19 de novembro de 2013.

Angélica de Oliveira Leite
Subscritor do Edital



ANEXO I - FOLHETO DESCRITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. Da caracterização do Objeto

- Aquisição de cadeiras e poltronas

2. Da definição do objeto

Item	Qtde	Descrição Técnica
01	01	<p>Poltrona giratória; concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada; revestidos em couro ecológico; na cor preta; encosto na parte posterior em quadro de alumínio; estofamento em espuma de poliuretano injetado com no mínimo 50 mm de espessura; apresentando densidade de 60 kg/m³; espaldar alto, contendo apoio de cabeça medindo (265x45x135)mm encaixado na haste vertical do encosto; com encosto medindo no mínimo (470 larg x 590 alt)mm; e assento medindo no mínimo (490 larg x 480 prof)mm; com braços reguláveis em alumínio; encaixado ao suporte e fixado ao contra assento, apoio em poliuretano c/ variação de altura/ largura; encosto com inclinação sincronizada em relação ao assento com regulagem através de manivela (relax); e regulagem a pistão a gás de altura do assento com mola amortecedora; tubo central em aço; base formada por 05 patas e rodízios duplo giro em nylon com reforço em poliuretano para piso frio; base giratória confeccionada em alumínio polido; base na cor natural (alumínio); garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr/abnt vigentes e nr-17.</p> <p>Item 395365-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01</p>
02	21	<p>Poltrona giratória; concha C/D6 assento, unidos por haste em aço; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada de 18mm, moldada anatomicamente; revestidos em couríssimo (sintético); na cor preta; com bordas arredondadas e acabamento em vinil; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50 mm de espessura; apresentando densidade de 50 kg/m³; espaldar médio; com encosto medindo no mínimo (46 larg. X 48 alt.)cm; e assento medindo no mínimo (49 larg. X 48 prof.)cm; com braços fixos em poliuretano injetado e alma de aço; sistema de regulagem mecânico de altura e inclinação (relax) c/trava para o encosto; e regulagem pneumático (a gás) de altura para o assento; tubo central em aço; acabamento em capa telescópica em polipropileno injetado; base formada por 05 patas e rodízios duplos de duplo giro, com cruzeta media; base em aço; pintura eletrostática em tinta epoxi po; base na cor preta; garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr vigentes e nr-17.</p> <p>Item: 388970-0 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01</p>
03	26	<p>Cadeira fixa; concha dupla; com encosto e assento em madeira compensada moldada ergonomicamente; revestido em courvin; na cor preta; acabamento em pvc; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 60mm de espessura; apresentando densidade de 45 kg/m³; com apoio de braços; espaldar alto; com encosto medindo no mínimo (53 larg. X 64 alt.)cm; com assento medindo no mínimo (53 larg. X 50 prof.)cm; com estrutura em aço; tubular continua; base modelo trapezoidal; com pintura em tinta epoxi po; na cor preta; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr 13962 e nr-17.</p> <p>Item: 385113-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01</p>
04	48	<p>Poltrona giratória; concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada de no mínimo 15 mm, moldada anatomicamente; revestidos em 100% poliéster; na cor preta; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50mm de espessura; apresentando densidade de 45 kg/m³ para encosto e 55 kg/m³ para assento; espaldar alto; com encosto medindo no mínimo (46 larg. X 72 alt.)cm; e assento medindo no mínimo (48 larg. X 46 prof.)cm; com braços em poliuretano integral, com alma interna de aço; contendo regulagem de altura; sistema de regulagem mecânico de altura e inclinação relax com trava para o encosto; e regulagem a gás de altura para o assento; tubo central em aço; proteção em capa telescópica em polipropileno injetado; base formada por 05 patas e rodízios duplos de nylon; base em aço; pintura em tinta epoxi po; base na cor preta; garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr vigentes e nr-17.</p> <p>Item: 388996-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01</p>

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega: 15 (quinze) dias

Garantia do objeto: mínima de 12 (doze) meses



Comunicado da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC

“4/9/2008 08:49:28

Identificação nas propostas

Senhores licitantes, esclarecemos que em razão das disposições regulamentares do pregão eletrônico, a inclusão de qualquer símbolo, sinal ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, implicará em desclassificação da proposta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.

Atenciosamente

BEC - Administração”



ANEXO II AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2013

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu (Nome Completo), representante legal da empresa _____, interessada em participar no Processo SAA:12.321/2013, Pregão Eletrônico nº 021/2013, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei n.º 6.544, de 22/11/89, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local, ___/___/2013.

Representante Legal

(Em papel timbrado, com carimbo da empresa)



ANEXO III

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Resolução SAA-22, de 1-8-96

Estabelece normas para a aplicação das multas previstas nos artigos 81, 86, "caput" e seus §§ e 87, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 79,80 e 81, II, da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89.

O Secretário de Agricultura e Abastecimento resolve:

Artigo 1º - A aplicação das multas a que aludem os artigos 81, 86 "caput" e seus parágrafos e 87, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 79, 80 e 81, II, da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, obedecerá, no âmbito da Pasta, as seguintes normas:

- I. – por atraso na entrega:
 - a) de 0,2% ao dia até o máximo de 10 dias;
 - b) de 0,4% ao dia de 11 até o máximo 30 dias.
- II. – pela inexecução total ou parcial do ajuste:
 - a) de 20% sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;
 - b) multa correspondente a diferença de preço resultante da nova licitação realizada pela obrigação não cumprida.
- III. – o prazo para entrega do material ou serviço ocorrerá a partir da data em que o adjudicatário receber a Nota de Empenho.
- IV. – se o material ou serviço não for aceito, o fornecedor deverá substituí-lo dentro do prazo de 5 dias da comunicação da recusa, sob pena de sujeitar-se à aplicação de multa nos termos do disposto nos incisos I e II, considerada a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte à data da referida comunicação.
- V. – a multa deverá ser recolhida ao Tesouro do Estado dentro do prazo de 10 dias da data da respectiva notificação.
- VI. – o não pagamento da multa no prazo previsto no inciso anterior acarretará a sua inscrição na dívida ativa e cobrada judicialmente.
- VII. – pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração incidirá multa de 20% sobre o valor total de ajuste.
- VIII – se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Administração ou cobrada judicialmente.

Artigo 2º - A aplicação das multas previstas no artigo anterior não impede que a autoridade competente rescinda, aplique ou proponha a aplicação de outras penalidades previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal 8.666, de 21/6/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94 e 81 da Lei Estadual 6.544, de 22/11/89, bem como na responsabilidade civil pela inexecução total ou parcial.

Artigo 3º - Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso, no prazo de 5 dias úteis, consoante disposto nos artigos 109, " f " e parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º da lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 8.883, de 8/6/94, inciso I, alínea "e " e parágrafos 1º e 2º da lei Estadual 6.544 de 22/11/89.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

2. Da caracterização do Objeto

- Aquisição de cadeiras e poltronas

2. Da definição do objeto

Item	Qtde	Descrição Técnica
01	01	Poltrona giratória; concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada; revestidos em couro ecológico; na cor preta; encosto na parte posterior em quadro de alumínio; estofamento em espuma de poliuretano injetado com no mínimo 50 mm de espessura; apresentando densidade de 60 kg/m ³ ; espaldar alto, contendo apoio de cabeça medindo (265x45x135)mm encaixado na haste vertical do encosto; com encosto medindo no mínimo (470 larg x 590 alt)mm; e assento medindo no mínimo (490 larg x 480 prof)mm; com braços reguláveis em alumínio; encaixado ao suporte e fixado ao contra assento, apoio em poliuretano c/ variação de altura/ largura; encosto com inclinação sincronizada em relação ao assento com regulagem através de manivela (relax); e regulagem a gás de altura do assento com mola amortecedora; tubo central em aço; base formada por 05 patas e rodízios duplo giro em nylon com reforço em poliuretano para piso frio; base giratória confeccionada em alumínio polido; base na cor natural (alumínio); garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr/abnt vigentes e nr-17. Item 395365-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01
Preço Unitário		
Preço Total		
Garantia		
02	21	Poltrona giratória; concha C/D6 assento, unidos por haste em aço; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada de 18mm, moldada anatomicamente; revestidos em couríssimo (sintético); na cor preta; com bordas arredondadas e acabamento em vinil; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50 mm de espessura; apresentando densidade de 50 kg/m ³ ; espaldar médio; com encosto medindo no mínimo (46 larg. X 48 alt.)cm; e assento medindo no mínimo (49 larg. X 48 prof.)cm; com braços fixos em poliuretano injetado e alma de aço; sistema de regulagem mecânico de altura e inclinação (relax) c/trava para o encosto; e regulagem pneumático (a gás) de altura para o assento; tubo central em aço; acabamento em capa telescópica em polipropileno injetado; base formada por 05 patas e rodízios duplos de duplo giro, com cruzeta média; base em aço; pintura eletrostática em tinta epoxi po; base na cor preta; garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr vigentes e nr-17. Item: 388970-0 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01 MARCA: MODELO:
Preço Unitário		
Preço Total		
Garantia		
03	26	Cadeira fixa; concha dupla; com encosto e assento em madeira compensada moldada ergonomicamente; revestido em courvin; na cor preta; acabamento em pvc; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 60mm de espessura; apresentando densidade de 45 kg/m ³ ; com apoio de braços; espaldar alto; com encosto medindo no mínimo (53 larg. X 64 alt.)cm; com assento medindo no mínimo (53 larg. X 50 prof.)cm; com estrutura em aço; tubular continua; base modelo trapezoidal; com pintura em tinta epoxi po; na cor preta; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr 13962 e nr-17. Item: 385113-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01 MARCA: MODELO:
Preço Unitário		
Preço Total		
Garantia		

04	48	Poltrona giratória; concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada de no mínimo 15 mm, moldada anatomicamente; revestidos em 100% poliéster; na cor preta; estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50mm de espessura; apresentando densidade de 45 kg/m3 para encosto e 55 kg/m3 para assento; espaldar alto; com encosto medindo no mínimo (46 larg. X 72 alt.)cm; e assento medindo no mínimo (48 larg. X 46 prof.)cm; com braços em poliuretano integral, com alma interna de aço; contendo regulagem de altura; sistema de regulagem mecânico de altura e inclinação relax com trava para o encosto; e regulagem a gás de altura para o assento; tubo central em aço; proteção em capa telescópica em polipropileno injetado; base formada por 05 patas e rodízios duplos de nylon; base em aço; pintura em tinta epoxi po; base na cor preta; garantia mínima de 12 meses; fabricado de acordo com as normas nbr vigentes e nr-17. Item: 388996-3 - Nat. Despesa: 44905232 - UF: 01 MARCA: MODELO:
Preço Unitário		
Preço Total		
Garantia		

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias
Prazo de entrega: 15 (quinze) dias
Garantia do objeto: mínima de 12 (doze) meses

Deverá ser apresentados CATÁLOGO e CERTIFICAÇÕES DO INMETRO quando solicitado.

Comunicado da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC

“4/9/2008 08:49:28

Identificação nas propostas

Senhores licitantes, esclarecemos que em razão das disposições regulamentares do pregão eletrônico, a inclusão de qualquer símbolo, sinal ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, implicará em desclassificação da proposta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.

Atenciosamente

BEC - Administração”